



Transformações para uns, desocupação para outros: as reclamações da população nos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias em Porto Alegre, 1928-1935

Alexandre Pena Matos*

Resumo: O presente trabalho traz a Porto Alegre do período de 1928 a 1935, com suas especificidades, que acarretaram transformações para uns e desocupações para outros. O objetivo dessa pesquisa é expor o cotidiano da população, através das reivindicações, das necessidades e das sugestões que estamparam a seção *Queixas e Reclamações* durante o processo de urbanização, parcelamento do solo e embelezamento do espaço da *urbs*. Os jornais pesquisados apresentaram por vezes uma linearidade na publicação de tal coluna, existindo, sim, diferenças em suas linhas jornalísticas e editoriais. Ou seja, em geral, os temas não se alteram entre si, apenas encontram-se, por vezes, evidências na composição e exposição destas queixas. O universo que compõe essas reclamações totalizaram 2.494 registros, sendo analisados 599 artigos, correspondentes ao jornal *Correio do Povo*, através das colunas *Caixa Urbana*, *Microscopio* e *As Queixas do Público* e, 1.895 do *Diário de Notícias*, com as seções *A Cidade*, *O Público Reclama*, *Ecos & Notas*, *Pontos de Vista*, *Queixas e Reclamações*, *Crônica do Dia* e *Carta à Direção*. Os queixosos são moradores ou transeuntes expostos às ações do dia a dia, vítimas das más condições dos serviços públicos, de empresas ou companhias, assim como, de outros indivíduos, e que não dispunham de outro canal de comunicação para manifestarem suas insatisfações nos casos de omissão ou arbítrio desses agentes. A mídia impressa teve um peso substancial, visto que em suas folhas as narrativas da cidade tomam forma. Alimentando-se do substrato da ocorrência, seja ela pública ou privada, ela narra, em suas linhas, uma espécie de realidade a partir de textos e imagens, provocando práticas e representações que se desenrolam em novas realidades. A História e a Comunicação guardam cada uma suas especificidades, seus métodos e suas técnicas, que são utilizadas nas análises das mais diversas formas de discursos, em

* Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Contato: penamatos@yahoo.com.br.



contrapartida, o foco de ambas permanece o mesmo, as ações humanas e os acontecimentos por elas implicados.

Palavras-chave: Porto Alegre; Queixas e Reclamações; Transformações Urbanas; Jornais.

Abstract: This work brings to Porto Alegre in the period 1928 to 1935, with their specific transformations that led to evictions and to each other. The goal is to expose the daily life of people through the claims, needs and suggestions that stamped the section Complaints and Claims, during the processo f urbanization, land subdicion and beautification of the área of *urbs*. The newspapers surveyed had sometimes linearity in the publication of this column, but there are diferences in their journalistic and editorial lines, That is, in general, do not change themes among themselves, are only sometimes evidence in composition and exposure of these complaints. The universe complaints totaled 2.494, which analyzed 599, corresponding to the newspaper *Correio do Povo*, through the columns *Caixa Urbana*, *Microscopio* and *As Queixas do Público* and, 1.895 of *Diário de Notícias*, with sections *A Cidade*, *O Publico Reclama*, *Ecos & Notas*, *Pontos de Vista*, *Queixas e Reclamações*, *Crônica do Dia* and *Carta á Direção*. The plaintiffs are residentes or bystanders exposed to the actions of everyday life, victims of poor public services, businesses or companies, as well as other individuals who had no other communications Chanel to express their grievances in cases of omission or will these agentes. The print media had a substantial weight, since their leaves in the city narratives take shape. Feeding on the substrate of the occurrence, whether publico r private, she narrates in his line, a kind of reality from texts and images, causing practices and representatios that unfold into new realities. History and Commnication guarding each their specificities, their methods and their techniques, which are used in the analysis of various forms of discourse, in counterpat, the focus remains the same for both, human actions and evetns involved in them.

Keywords: Porto Alegre; Complaints and Grievances; Urban Transformations; Newspapers.

Inúmeros são os estudos que se debruçaram a refletir sobre o processo de urbanização da cidade de Porto Alegre, enfocando suas diferenças urbanísticas ou socioculturais. Atualmente, sob a condição de uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, a cidade que possui atrativos de toda ordem vai apresentando paralelamente as suas mazelas, as ruas asfaltadas e acompanhadas por buracos, as casas em residências cada vez mais fechados e no



cinturão destas, as malocas utilizando o muro de arrimo do condomínio como a quarta parede; cada vez mais abundante os veículos de passeio para uma só pessoa, enquanto isto, nos coletivos abarrotados, a ironia pede licença, não cabe mais nenhum. As transformações que constam para uns, são desocupações para muitos outros. É nesta linha de problemas e reivindicações que este artigo reflete, fundamentada na pesquisa de dissertação defendida em 2012.

A partir das colunas publicadas nos periódicos entre os anos de 1928 a 1935, procurou-se conhecer através da seção queixas e reclamações, as reivindicações, as necessidades e os apontamentos da população em geral, durante o processo de urbanização, tomando como fonte os textos e as fotografias expressos no jornal *Correio do Povo*, distribuídas pelas seções: *Caixa Urbana*, *Microscopio*, e *As Queixas do Público*. E no *Diário de Notícias* nas seções: *A Cidade*, *O Público Reclama*, *Ecos & Notas*, *Pontos de Vista*, *Queixas e Reclamações*, *Crônica do Dia* e *Carta á Direção* (Tabela 1).

Tabela 1. Quantidade de queixas e reclamações distribuídas anualmente (1928 a 1935)

Jornais	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	Total
<i>Correio</i>	37	26	26	37	33	35	149	106	449
<i>Diário</i>	354	481	90	156	48	212	187	18	1546
Total	391	507	116	193	81	247	336	124	1995

Referência: MATOS, 2012, p. 15

Os queixosos são moradores ou transeuntes, vítimas das más condições dos serviços urbanos, empresas e pessoas. Estes cidadãos, que estavam expostos à ação desses agentes, utilizaram-se do jornal como canal de comunicação para manifestar suas insatisfações nos casos de omissão ou arbítrio.

Os jornais pesquisados apresentaram uma linearidade na publicação de matérias diárias, bem como algumas diferenças decorrentes da editoria responsável e da linha jornalística. Ou seja, em geral, os temas não diferem entre si, apenas encontram-se, algumas vezes, evidências de formas diferentes. Evidências estas entre temas que se manifestam na diagramação das matérias, sendo mais ou menos visíveis em determinados momentos, de acordo com a premissa de agenda que a mídia impressa pretendia colocar. É importante



lembrar que o texto não é apenas a redação (o corpo) da notícia, mas também a fotografia, incluindo-se sua legenda, a página disposta, o tipo de seção, a diagramação, as fontes, a manchete, a ilustração, o editor e o repórter da matéria.

As reclamações criam um paradigma no modo de vida dos grandes centros urbanos, a cidade se mostra como moderna e acolhedora, mas em suas entranhas podemos observar através desta pesquisa os problemas e deficiências. Conforme Silva (1988, p. 21) as queixas pontuam-se em “relação direta à ação do governo (...) são de dois tipos: reclama-se ao governo e reclama-se do governo”. Acrescentamos a estes, uma terceira via, a da insatisfação com as empresas e pessoas, cujas atividades, por vezes, aflijam os populares.

O marco temporal inicial da pesquisa se dá em 24 de janeiro de 1928, com a inauguração da Avenida Júlio de Castilhos, e o término do recorte em 20 de setembro de 1935, com a inauguração do trecho da Avenida Borges de Medeiros, compreendido entre a Rua dos Andradas e a Praça Montevideú.

O uso da imprensa como fonte histórica vincula-se ao movimento da própria historiografia. Durante o século XIX e as décadas iniciais do século XX, a História, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, através de documentos oficiais, mostrava pouca confiança na imprensa. Na década de 1930, o movimento da *Escola dos Annales* passará a examinar uma maior variedade de evidências, vestígios e registros acerca do uso da imprensa como fonte para o historiador.

Diante desse novo quadro, os procedimentos e as análises feitas na mídia impressa irão da materialidade dos jornais: o tipo de papel, o formato, a qualidade da impressão; a estrutura de conteúdo: o uso de imagens, a diagramação, os títulos, o corpo de jornalistas e colaboradores. Estas duas relações de sentidos ocupam um tempo e espaço com sua circulação e articulação com a sociedade (LUCCA, 2010).

Camargo (1971, p. 45) comenta que, ao utilizar a mídia impressa como fonte de pesquisa, “há sempre uma visão parcial e subjetiva da realidade, distorção provocada não só pela proximidade dos homens com os fatos que apareciam no dia-a-dia, mas também, e principalmente, por seu comprometimento com as coisas”. A autora chama ainda atenção para:

Se admitirmos que a problemática não se reduz à busca da veracidade das informações, pode-se ir mais longe; o jornal é um documento a ser usado com o máximo de cuidado; os perigos de distorção (comuns, aliás, a todos os



textos – onde geralmente se encontra aquilo que procuramos) são mais frequentes. (Ibid., p. 45)

A imprensa inicia-se em Porto Alegre, conforme Rüdiger (2003, p. 15-20), com as publicações do *Diário Porto Alegrense*, a partir de 1827, tendo vinculação predominantemente político-partidária até o final do século XX. O jornal *A Federação*, vinculado ao Partido Republicano Riograndense, era considerado a publicação oficial do governo na cidade. O surgimento do jornal *Correio do Povo* marcou um novo período no jornalismo gaúcho. Em sua primeira publicação, o jornal fazia oposição a esse jornalismo político partidário, buscava se adequar à conjuntura política do Estado, em um momento em que a sociedade se encontrava dividida desde a Revolução Federalista (1893-1895). O *Diário de Notícias* começou a circular em Porto Alegre em 1925, com um programa editorial que, à semelhança do *Correio do Povo*, prometia seriedade na informação e honestidade na crítica. Em seu editorial de fundação, todavia, para além da ameaça do partidarismo que, segundo Carreira (2005, p. 35), “manifestava-se outra espécie de prevenção: ante o sensacionalismo e a demagogia, males supostamente já reinantes no meio jornalístico contemporâneos em disputa pela captura e aprovação de um mercado de assinantes em expansão”.

O jornal é um bom negócio se o cidadão que o consome se dispõe a pagar pela notícia da mesma forma como paga pelos serviços e bens que eleger como essenciais à sua vida, como paga pelo privilégio de ser ele próprio notícia ou anunciar alguma coisa que tem para vender. Esse é o princípio da informação como mercadoria colocada à venda em forma de entrega avulsa ou domiciliar, em forma de venda de espaço e de tempo (BAHIA, 2009, p. 224).

O *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* formavam, para Rüdiger (2003, p. 76), a vanguarda do jornalismo gaúcho, seja pelos moldes verdadeiramente capitalistas de sua organização empresarial, seja pelo novo conceito jornalístico que, respondendo às novas demandas do tempo, estava se consolidando na sociedade. E Bahia (2009, p. 177) registra que o progresso gráfico justifica experiências editoriais que envolvem toda a estrutura do produto nos diários e semanários, alarga os conceitos de veiculação, de apresentação dos fatos; inspira e dinamiza a criatividade. O jornal é desafiado por um mercado de múltiplas ofertas, além do livro. A utilização de periódicos para o presente estudo entrelaçou-se à história e à comunicação. Cada uma dessas ciências guarda suas particularidades, seus métodos e suas técnicas que a utilizam em formas de discursos diversos, ainda que o foco permaneça o



mesmo, as ações humanas e os acontecimentos implicados por essas manifestações. A História e o Jornalismo têm procurado aliar seus estudos, entendendo que um pode se utilizar das contribuições do outro. Parte da historiografia tem seguido os princípios da Nova História, trabalhando abordagens a partir de documentos não oficiais e entendendo que tudo aquilo que registra a passagem do ser humano na trajetória histórica também é documento: imprensa, imagens – fotografias e cinema – literatura, entre outros tipos de documentos.

A mídia impressa tem um peso substancial na *urbs*, visto que foram em suas folhas que as narrativas da cidade tomaram forma. Alimentaram-se do cotidiano da cidade, narrando em suas linhas uma espécie de realidade através de textos e fotografias, provocando práticas e representações, e estas, desenrolando-se em novas realidades.

As representações podem incluir os modos de pensar e de sentir, inclusive coletivos, mas não se restringem a eles. Le Goff (1988), explica que o campo das representações “engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida” e está ligado ao processo de abstração. No âmbito das representações, o autor prossegue, “também pode abarcar elementos associados ao Imaginário”.

As práticas culturais não são apenas as instâncias oficiais de produção cultural, as instituições, as técnicas e as realizações, como também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador. As práticas culturais que, além de gerarem eventualmente produtos culturais no sentido literário e artístico, geram também padrões de vida cotidiana. Os exemplos desta forma de apresentar o acontecimento, carregado de dualidades e adjetivações, são constantes e se repetem na imprensa de forma cotidiana. Enfim, fica clara a ideia de que, dentro da instituição jornalística, a atuação do proprietário e seu *staff* fazem com que o produto jornal contenha conteúdos oriundos de diversas dimensões de compreensão.

As colunas e os anúncios que formam o corpo do jornal são elementos utilizados para a intervenção na vida social. Os grandes jornais, entre eles o *Correio* e o *Diário*, como empresas que são, operam a partir de uma lógica de mercado. Conforme Bahia (2009, p. 177), a empresa jornalística “é vista como um investimento atraente, duradouro, responsável. Essa concepção de empreendimento responsável que se atribui ao jornal substitui a concepção de risco inevitável, quase sempre associada a uma conveniência de ocasião ao partidarismo, ao aventureirismo”. E o autor conclui a ideia que “nela se abrigam objetivos que equilibram o lucro, a ética e o crescimento”. Desta forma, sua finalidade principal, a informação, passa a



ter o duplo caráter de produto e instrumento, devendo seduzir o leitor ao mesmo instante em que influencia sua percepção sobre a realidade que o cerca. Tanto a dominação social que fomentam quanto o papel pedagógico que desempenham constituem-se em fatores extremamente inter-relacionados, com fronteiras nem sempre definidas de forma clara. Tais funções, contudo, tem sido executadas de forma eficiente ao longo do tempo, garantindo a imagem de instituições detentoras da verdade e agentes imparciais de informação, fato que enseja discussões sobre o assunto.

O conceito de jornalismo informativo e de indústria cultural foi gestado com as primeiras empresas jornalísticas voltadas para o mercado, sendo o seu produto uma mercadoria. Segundo Fonseca (2008), um dos argumentos que se sustenta nesta tese “é que a característica principal de uma imprensa de indústria cultural é a subordinação do jornalismo, do conteúdo editorial dos jornais, à lógica capitalista de produção das empresas de comunicação”. As notícias são concebidas integralmente como “mercadorias, não apenas porque são produzidas com o emprego de técnicas próprias das indústrias culturais, mas também porque estão sujeitas à sua lógica – visam à obtenção de lucro”.

O Jornalismo, por sua vez, ao trabalhar a atualidade e a dinâmica da vida social também está lidando com a História e, mesmo, construindo a História, por construir realidades, e vai além: construir imaginários. Não se trata de dizer que a mídia pode determinar como pensar ou sobre o que pensar, mas porque isso acontece em um espaço social considerado com determinadas especificidades. Assim, as aproximações teóricas e práticas entre a História e a Comunicação Social têm se tornado cada vez mais frequentes, permitindo novos olhares sobre conhecimentos até então entendidos como consolidados.

O imaginário é uma realidade tão presente quanto aquilo que poderíamos chamar de “vida concreta”. Esta perspectiva sustenta-se na ideia de que o imaginário é, também, reestruturante em relação à sociedade que o produz, não só imagens visuais, mas também imagens verbais, em última instância, as imagens mentais. O imaginário tem interfaces com a noção de representação e vice-versa. Le Goff (1988) destaca que “o imaginário pertence ao campo da representação, mas ocupa nele a parte da tradução não reprodutora, não simplesmente transporta em imagem do espírito, mas criadora, poética no sentido etimológico da palavra”. A última geração de historiadores culturais se apropriou da noção antropológica do termo “cultura”, o qual é ainda problemático. Conforme Burke (2008, p. 42-43), em geral, é usado para se referir à “alta” cultura. Foi estendido “para baixo”, de modo a incluir a



“baixa” cultura, ou a cultura popular. Mais recentemente, também se ampliou para os lados. O termo cultura costuma se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregada para descrever seus equivalentes populares: música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na geração atual de historiadores, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar).

A necessidade do exercício da subjetividade do pesquisador, que interpreta as representações do mundo estabelecidas pelas falas das diferentes fontes, nesse caso, em específico, o jornal. Barbosa e Ribeiro (2005) salientam que considerar “a história não é, necessariamente, realizar estudos históricos, mas se valer da teoria da história para empreender a análise”. E o principal postulado da historiografia refere-se à questão da “interpretação; não se trata de recuperar o que ocorre, mas interpretar, a partir da subjetividade do pesquisador, as razões de uma determinação social”. As autoras apontam que história e jornalismo trabalham com tempos diferentes: “a presunção dos atos jornalísticos é ocorrer no tempo presente, o tempo real, razão pela qual é necessário construir textualidades que se valem fundamentalmente da argumentação”. Se o presente prova, em certa medida, o futuro, ele precisa ser conhecido, descrito e, ao mesmo tempo, constitui-se como objeto de reflexão. Daí, também, a importância dos estudos que envolvem questões jornalísticas, encharcados dessa consciência do presente e, portanto, da consciência da universalidade refletida.

Ao olhar a capital através das colunas pesquisadas, depara-se com uma imagem negativa. As calçadas e ruas são esburacadas, cheias de poeira e lama, os bueiros e meios fios encontram-se com águas paradas, por vezes das enchentes; a limpeza pública não funciona há lixo e a sujeira tanto na área central quanto nos arrabaldes; há problemas na área administrativa do poder público, nos cortiços, nas escolas e nos estabelecimentos comerciais; há insegurança pela falta de policiais e também a truculência dos mesmos; no corpo do texto se apresentavam por vezes mais de uma queixa, e o que mais transtorna eram a precariedade dos serviços, como transporte e saneamento.

Tabela 2. Quantidades de reclamações por temática ao Governo, do Governo e Pessoa ou Empresa

Temáticas	R. ao Governo	R. do Governo	R. de Pessoa ou Empresa	Total
Energia	18	21	68	107



Elétrica				
Limpeza Urbana	291	9	28	328
Outros	34	46	107	187
Saneamento	143	17	9	169
Segurança	187	43	6	236
Serviço	17	2	41	60
Trânsito	144	5	3	152
Transporte	17	21	226	264
Urbanidade	243	217	32	492
Total	1094	381	520	1995

Referência: MATOS, 2012, p. 15.

E salientamos que nos artigos, aproximadamente 80% deles indicavam para os agentes envolvidos como estes problemas poderiam ser solucionados. Esses indivíduos mesmo estando à margem da sociedade ou excluídos do processo de participação em alguma esfera pública se fizeram ouvir, buscando exercer a cidadania, por vezes um indivíduo só, em outros com um grupo de moradores ou pequenos comerciários. Nesse quadro, citamos Silva (1988, p. 146), que “o grau de consciência” desses reclamantes, demonstra consciência que “ninguém se queixa se não do que possa considerar um direito” (Tabela 2).

Entre as várias temáticas expostas acima na Tabela, utilizamos como exemplo o tema Transporte, que possui 264 queixas e concentra os assuntos ligados: a Carris (acidentes, atraso nos horário das linhas, descaso da empresa “Companhia”, estrutura dos carros, excesso de velocidade, falta de bondes, falta de cobrador, falta de higiene, falta de ônibus, ônibus/bondes lotados, permissão dos jornaleiros, reduzido número de carros, truculência dos motorneiros/cobreadores/fiscais) e transporte interurbano. O número de cartas publicadas, com os problemas ligados à empresa Carris, durante o período pesquisado, incentivou ambos os jornais a se queixarem, na seção de noticiário, das deficiências do transporte público na cidade e advogar em favor da instalação de linhas de ônibus, unindo os arrabaldes ao centro. Outra trama ligava os automóveis particulares ou públicos aos acidentes automobilísticos. Os desastres, como eram comumente descritos, eram rotineiros, assolando pedestres, motoristas e



usuários dos transportes coletivos. Assim, como problemas viários nas ruas, estradas e faixas devidos a má conservação.

A velocidade e imperícia dos condutores dos bondes que comprometiam o bem estar dos passageiros. Isto trazia uma grande preocupação de quem utiliza os serviços informa o queixoso T. S. Engenheiro Civil. Assim, a velocidade e imperícia comprometiam o tráfego pelas ruas de Porto Alegre.

Nova reclamação contra o serviço de transporte de passageiros do fim da linha Floresta para o Passo da Areia. “(...) transporte dos passageiros do bonde da linha Floresta para a estrada do Passo da Areia, a cargo do cidadão Jacob Ferrantino (...) o que nos atormenta naquella zona é o abuso provocado por conductores de automoveis, que, aproveitando-se do bom estado da faixa de cimento, põem em perigo a vida dos transeuntes com a desenfreada velocidade com que, por ali, guiam seus vehiculos (...) bastaria que a Inspectoria de Vehiculos ou mesmo a Guarda Civil ali destacasse um ou mais de seus agentes (...) T. S. engenheiro civil. (CORREIO DO POVO, 9/2/1934, p. 13)

Monteiro (1995, p. 131), relata que:

(...) à medida em que os automóveis foram surgindo, a cidade foi também se modernizando. O automóvel alterou hábitos e costumes, comércio e indústrias, trabalho e passeios, tudo enfim sofreu a sua decisiva e poderosa influência, num curto espaço de tempo foi-se do coche de praça de tração animal ao (...) popularíssimo Ford.

Esta dinâmica aplicada ao atravessar a rua, sinalizar para um ônibus ou bonde, estacionar, andar na via de forma a pensar no pedestre e este pensar no automóvel, não foi ensaiada. O autor segue informando que “as novas avenidas eram as vias expressas deste tráfego de automóveis, caminhões e ônibus que não parava de crescer e tomar conta da cidade” e dentro deste imaginário que vinha atrelado aos automóveis “modernizando a atividade comercial, industrial e social da cidade” as vidas eram consumidas através dos “desastres do tráfego”. Os automóveis que passaram a circular representavam um perigo para os pedestres. Para estes, atravessar uma rua já era sinônimo de atenção. A capital até então acostumada com o trânsito de carroças, cavalos e bondes puxados a burros teve de adaptar-se à velocidade dos automóveis. E para muitos esta adaptação não foi tarefa fácil, pois acidentes configuravam nas seções e nas reportagens dos jornais. E como enfatiza Benvenuti (2004, p. 68), “os acidentes no trânsito envolvendo veículos, carroças, bondes elétricos e pedestres não eram problemas que seriam resolvidos apenas pela atuação policial. Faltava uma legislação de



trânsito”. As sinalizações e agentes de controle do trânsito só apareceriam após 1931, assim mesmo teria que se esperar um longo processo para os envolvidos se respeitassem.

As reclamações a respeito do transporte público em Porto Alegre eram de uma ordem quase sem fim, como podemos notar na reclamação feita na coluna *A Cidade* do *Diário*, que retrata o mal-estar causado pela Companhia Carris Portoalegrense.

Se fossemos julgar dos serviços que a Companhia Carris Portoalegrense presta a nossa população urbana e suburbana pelo desdobramento e ramificação das suas linhas a impressão desse serviço seria certamente de primeira ordem. Por toda parte nota-se o assentamento de “rails”. Não há arteria nova ou velha no centro da cidade que não esteja dominada pelos nervos de aço dos trilhos dos bondes. São como tentáculos que se distribuem por todas as direcções promovendo, mór das vezes, o atravancamento das ruas. Onde quer que se verifique a obra do novo calçamento, ver-se-hão também ahi os trilhos collocados ou por colocar, da referida companhia. Todas as ruas que desembocam no Caminho Novo e se prolongam até a nova avenida Julio de Castilhos estão invadidas por linhas ou desvios dos electricos, retardando algumas vezes a propria marcha do serviço das obras do novo calçamento, não podendo este proseguir enquanto os trilhos não estiverem definitivamente assentados. Ahi, então, na praça 15 de Novembro e praça Parobé, que lhe fica fronteira, a ramificação é verdadeiramente fantastica, como não vimos ainda nos dois maiores centros do paiz – Rio e São Paulo. Entretanto, no nosso vêr, tudo isso está errado. O que a companhia exploradora do serviço de bondes devia fazer era conquistar outros pontos mais afastados do centro avançar pelos arrabaldes, levando os meios de conducção além dos seus pontos terminaes. Muito mais lucrará a empreza com o prolongamento de suas linhas para além dos pontos em que vão até agora, do que se embarafustar por todas as ruas da capital, ruas na rua maioria acanhadas e estreitas. Para atravancar a “urbs” é sufficiente o que já existe destinado á circulaçãõ desses pesados vehiculos, hoje tão deficientes, tão retardatarios entre nós, como a venha carreta de bois. Deixemos em paz o centro da cidade. O que precisamos é que a companhia normalize não só o seu trafego actual como procure extender a sua rêde por uma infinidade de zonas que estão até agora sem o menor meio de conducção. Esse seria o melhor serviço a prestar a uma grande parte da população de Porto Alegre. Claro que só a construcção da rêde não bastaria. Precisamos de bondes, também, para circularem nessas linhas. Fazer a rêde pelo simples prazer de fazer, seria ficarmos na mesma situaçãõ em que hoje nos encontramos, vendo que a companhia vae sendo dia a dia empolgada pelos auto-omnibus por não estar aparelhada para attender as naturaes exigencias da nossa capital, cujo desenvolvimento e augmento de populaçãõ são hoje devéras notaveis. C. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 6/1/1928, p. 5)

Os maiores exemplos desta relação encontram-se na inauguração em 1928, da Usina Termoelétrica do Gasômetro do grupo estadunidense *American & Foreign Power* (AMFORP), representado no Brasil pela Companhia Brasileira de Força Elétrica (CBFE), que



passou a resolver o problema de falta e da inconstância do fornecimento de energia para o transporte e a iluminação pública, bem como para o comércio e as fábricas. Ambas eram subsidiárias da empresa estadunidense *Eletrica Bond and Share* e do *Banco Morgan* de Nova Iorque. As companhias estadunidenses, utilizando-se de serviços primordiais ao desenvolvimento urbano (transporte e energia elétrica), atuaram de forma clara na valorização de áreas de seu interesse imediato, e através de contratos privados para o oferecimento destes serviços em determinadas regiões da cidade, como o caso dos vários contratos firmados com as diferentes empresas imobiliárias visando à instalação do serviço de bonde em loteamentos recém-abertos e dirigidos às elites.

A reclamação inicia com um ditado *OMNIBUS PARA INGLEZ VER* em seu relato pede explicação a empresa Carris sobre a falta de ônibus mais confortáveis não estarem disponíveis.

OMNIBUS PARA INGLEZ VER... Escrevem-nos: “Porto Alegre, 7 de Maio de 1931. – Illmo. Sr. Redactor do “Correio do Povo” – N/capital. – Saudações. Peço acolhida na coluna “Caixa Urbana” desse simpatico matutino, que, com tão bôa vontade publica as reclamações e queixas do povo desta capital, quando reconhece que as mesmas são justas e dignas de atenção. Desejaria saber porque motivo não trafegam mais os confortáveis omnibus fechados “White” que a Carris tinha em trafego aqui em Porto Alegre servindo ao agrado de todos, varias linhas da cidade. Principalmente agora no inverno, muita falta fazem os referidos omnibus, pois, com a falta de outros e estando como estão os bondes completamente repletos nas horas de movimento, é mais do que desagradável ter-se que esperar outro bonde nos pontos de parada dos mesmos que sabemos, são os mais desconfortáveis possíveis. Porque será que os referidos omnibus não trafegam mais? E’ uma pergunta que se ouve continuamente. E porque, pergunto eu, que a poderosa empresa norte-americana, não põe em trabalho os referidos omnibus, ao menos nas horas de movimento, para atender a um serviço que absolutamente não está na altura desta capital. Será que estes omnibus fechados são para inglez vêr? Um assíduo leitor – Juca Pato.” (CORREIO DO POVO, 8/5/1931, p. 12)

As fontes utilizadas demonstraram uma razoável ressonância dos sentimentos de uma parcela da população sobre seus problemas cotidianos frente às transformações urbanas implementadas pelo governo municipal com aval do governo estadual. Os queixosos são moradores ou transeuntes expostos às ações do dia a dia, vítimas das más condições dos serviços públicos, empresas e pessoas. E que não dispunham de outro canal de comunicação para manifestar suas insatisfações nos casos de omissão ou arbítrio destes agentes.



Para Certeau (2008), é no cotidiano que se pode verificar o comportamento da sociedade, verificando as “práticas” das pessoas comuns, com suas experiências na vida privada e pública. As pessoas comuns fazem seleções a partir do repertório, criando novas combinações entre o que selecionavam e colocando em novos contextos aquilo de que haviam se apropriado. Essa construção do cotidiano, por meio de práticas de reutilização, é parte do que ele chama de “tática”. Muitos grupos “empregam táticas, mais que estratégias, porque sua liberdade de manobra é restrita”, operando dentro de limites estabelecidos por outros. Os dominados têm a liberdade de “surrupiar”, palavra empregada pelo autor para designar a sutileza das operações de tática utilizadas por um indivíduo ou um grupo.

Esses artigos refletem a epiderme do tecido urbano, que, conforme Heller (2008, p. 18), são “partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”. Para Certeau (2008, p. 170-171), mesmo que a urbanização na capital efetuada pelos governantes e pensada por uma parte da elite tenha “uma panóplia de códigos, de comportamentos ordenados e controles”, regulando espaços, como uma onda “modernizadora” que assolava a cidade, varrendo todos que não se encontravam sintonizados, o autor enfatiza “não há implementação social sem que haja resistência”.

A partir da década de 1920, a população da capital rompe os 178 mil habitantes e, na década seguinte, alcançaria 270 mil. Os cidadãos de baixa renda se concentravam no centro e nos arrabaldes São João e Navegantes onde lá estavam as fábricas. Por outro lado, as elites sociais e econômicas começavam a deslocar as suas residências gradualmente para fora do centro, ocupando as áreas mais altas e “sãs”, nos futuros bairros Independência e Moinhos de Vento (BAKOS, 1996).

Na coluna *A Cidade* de 03 de janeiro de 1928, publicada no *Diário de Notícias*, é possível constatar que no “ano de 1927 foi simplesmente um ano de fatura... de assumpto... Não houve um dia que a matéria prima nos escasseasse; não houve um momento que tivéssemos dificuldade em adquiri-la” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3/1/1928, p. 5). E o autor da coluna segue: “para qualquer ponto da cidade que se olhe surge imediatamente o motivo ou o thema para commentario despretençioso, feito não pelo prazer de se o fazer, mas em razão de um espinhoso dever de officio” (Ibid., p. 5).

Conforme Monteiro (1995, p. 113), “o projeto de remodelação urbana da administração Otávio Rocha, baseada nas propostas do Plano Geral de Melhoramentos e



Embelezamento da Capital de 1914”, toma novo impulso com a Comissão de Obras Novas e com a Seção de Embelezamentos. Rocha constituiu uma estrutura administrativa, com “recursos provenientes da reforma do sistema de arrecadação dos impostos municipais e de um empréstimo externo de 4 milhões de dólares em Nova Iorque” (Ibid., p. 113). A estreita ligação entre os governos municipal e estadual dava estímulo para o projeto de modernização (Ibid., p. 93). Os argumentos de salubridade, estética e progresso pautavam quando o assunto era os hábitos e costumes das classes populares, não estariam estes a altura da dinâmica dos novos tempos, como considera Machado (1998, p. 70) “relacionando-a com o progresso vivenciado pela capital do estado e evidenciando que a cidade coloca-se lado a lado com outras capitais”.

Os aspectos positivos da cidade, tais como o sistema viário, ruas e avenidas; as praças, jardins, o sistema de transporte público; iluminação; limpeza; entre outros mencionados ou retratados no corpo do jornal, contraditoriamente, geravam os problemas negativos na cidade de Porto Alegre. A abertura de novas avenidas proporcionaria “um acesso fácil e rápido dos trabalhadores pobre ao seu local de trabalho (...) outra justificativa como mais uma das exigências da modernização da infra-estrutura urbana, que pretendia viabilizar o desenvolvimento capitalista de Porto Alegre” (MONTEIRO, 1995, p. 103). Sendo assim, as saudações para as novas construções eram bem vindas, mas estas também geravam problemas como congestionamento, buracos, desocupação, deslocamento de materiais, entre outras.

A administração pública estava focada no centro e ali arregimentava tanto esforços físicos quanto econômicos, enquanto nos arrabaldes a especulação imobiliária loteava antigas chácaras e com isto absorvendo o bônus, já para a prefeitura ficava o ônus de sanear, iluminar, policiar e transportar os cidadãos que tinham adquirido estas unidades. A venda de terrenos neste modelo seguiu conquistando, conforme Monteiro (1995) relata, “corações e mentes”, porque anunciava um mundo perfeito nas folhas dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, uma ideia linda de moradia, mas que na prática o trabalhador, operário e população em geral não se via garantido com estas promessas.

As transformações para uns e desocupação para outros se pontuaram na construção da Avenida Borges de Medeiros, paralelo ao período pesquisado. Obra esta que,

traria benefícios diretos a abertura dessa avenida: à burguesia comercial. As desapropriações para a abertura da avenida (...) somadas à política de majoração dos impostos dos prédios térreos, de madeira, com beiral e dos



cortiços e estalagens, concorria para o afastamento desses elementos sociais, indesejáveis e perigosos à nova ordem, do coração da cidade rumo aos arrabaldes e novos loteamentos. A modernização se faz em prejuízo dessas classes populares e dos costumes “tradicionalistas” creditados a elas. (MONTEIRO, 1995, p. 102)

E Monteiro (Ibid., p. 104) conclui que o “ideário de modernização e o trabalho de abertura da avenida começava, desde já, a causar um impacto no perfil da cidade e na ocupação social do espaço urbano”, seria a transformação para uns e o desocupação para outros, os que lá moravam. Ao desalojar estes cidadãos para os arrabaldes causou o efeito medido através das queixas e reclamações a inconformidade que o não atendimento dos serviços por parte da Intendência/Prefeitura prometerá.

Na sociedade, não são poucos os que veem o projeto de abertura com bons olhos. Os proprietários dos prédios a serem desapropriados pretendem auferir altas somas (...) o setor imobiliário aposta nos lucros que advirão das edificações a serem construídas (...) as camadas médias e as burguesias industrial e comercial emergentes necessitam da avenida que fará a cidade funcionar melhor (...) os setores populares, através da implementação de linhas de transporte coletivo, terão seu deslocamento facilitado e agilizado (...) a imprensa ressalva que avenida contribuirá à nova imagética moderna da cidade, festejada e buscada por todos, da qual estaria ausente o Beco do Poço e seus pardieiros. Ou seja, todos lucram ou pensam lucrar com a abertura da Avenida Borges de Medeiros (MACHADO, 1998, p. 87-88).

Alberto Bins, ao assumir a administração do município e dar continuidade aos trabalhos, recebe a construção da avenida com caráter de urgência, mas “os principais problemas da prefeitura localizam-se na falta de verbas para prosseguir os trabalhos e nas dificuldades enfrentadas durante as negociações vistas às desapropriações”. As dificuldades serão das ordens monetárias, negociações com antigos proprietários, burocracia, mão de obra e as intempéries. Machado (1998, p. 90), lembra que em abril de 1993 “que a Borges de Medeiros deve ser para Porto Alegre ‘o que a Rio Branco foi para o Rio de Janeiro’ que aquela artéria deve ‘mudar por completo a fisionomia do centro urbano dando-lhe novas perspectivas e a beleza que não tem [...] dar orientação nova ao tráfego, encurtando trajetos, desviando ladeiras’”. Para Machado (Ibid., p. 93):

(...) uma vez resolvido o conflito, trata-se de agilizar os trabalhos para que a nova avenida esteja ultimada até setembro de 1935, data em que será realizada a exposição comemorativa ao centenário farroupilha. Neste ínterim, Alberto Bins impulsiona as tratativas” neste quadro, a autora conclui que “são aceleradas as obras concernentes ao calçamento, instalações



subterrâneas, iluminação e assentamento de trilhos para os bondes daquela artéria (...) consegue a prefeitura entregar a nova via ao público na ocasião pretendida.

Há de se observar que administração pública não tinha capital monetário suficiente para atender aos arrabaldes e à construção da grande avenida, a “Avenida Rio Branco” de Porto Alegre. Os serviços básicos não eram satisfatoriamente empregados pela prefeitura, devido muito à construção da Avenida Borges de Medeiros que drenava um valor considerável dos cofres do município, e também, pela especulação imobiliária que vendia um imaginário ligado ao progresso e modernidade, à prosperidade de ter água, luz, esgoto, transporte e segurança, tudo próximo à residência. Ao município caberia o ônus de aplacar as queixas e tentar atender as reivindicações e aqueles caberia o bônus com a venda partilhamento das antigas chácaras, transformadas agora em novos bairros da capital. Salientamos que não haverá tempo e muito menos capital monetário para implementar serviços públicos nos arrabaldes, já que a modernidade drenava os cofres públicos para área central. A sala de visitas do Rio Grande do Sul tinha suas mazelas e procurava escondê-las, mas estas saíam pelas frestas.

Assim, os estudos feitos pela dissertação basearam-se no trabalho feito por Eduardo Silva, *As Queixas do Povo* em 1988, na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Nesse diálogo estabelecido, há três pontos de igualdade entre as pesquisas: o primeiro ponto, “os recursos que possuía para negociar politicamente os seus direitos de trabalhador, morador ou cidadão eram escassos”; o segundo, “os serviços básicos, (...), a agenda das necessidades (...) questões de saneamento/limpeza pública e meios de comunicação e transporte”; E último ponto, terceiro, de suma importância, observado pelo autor e em concordância com José Murilo de Carvalho e que confabula com os dados levantados na dissertação “embora possa algumas vezes criticar o sistemático beneficiamento das áreas nobres da cidade em detrimento das demais populares, o queixoso típico não questiona o estilo autoritário das decisões do governo, nem reivindica uma participação maior no processo das decisões que afetavam a sua vida”.

E por fim, o fato de Porto Alegre se encontrar no extremo do país não significou que seus habitantes não ansiassem pela urbanidade. Ao observamos a capital gaúcha hoje, anunciada ao mundo, como uma das cidades Sedes da Copa do Mundo de 2014. Percebemos que uma parcela significativa das elites, dos governantes e do setor imobiliário, busca



transportar para *urbes* a representação do poder econômico, político e sociocultural, que este evento necessita. E na epiderme da velha cidade, certa continuidade das mesmas mazelas, gastos com projetos que não contemplam a quem percorre a *urbes*. E a questão aflora e esta sempre atual, “até quando?”

Periódicos

CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 08/05/1931, p. 12. Caixa Urbana.
CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 09/02/1934, p. 13. Caixa Urbana.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 03/01/1928, p. 05. Caixa Urbana.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 03/01/1928, p. 05. A Cidade.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Porto Alegre, 06/01/1928, p. 05. A Cidade.

Referências bibliográficas

- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira**. V. 1. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- _____. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. V. 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. O que a História pode legar aos estudos de Jornalismo. **Anais Intercom 2005: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Ensino e Pesquisa em Comunicação**, Rio de Janeiro, UERJ, setembro de 2005.
- BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. **As Reclamações do Povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, 2004.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. **Simpósio Nacional de Professores Universitários de História**. São Paulo: FFCH-USP, 1971.
- CARREIRA, Maria Antônia Stumpf. **Cidade, imprensa e arquitetura: as crônicas e os debates de modernização em Porto Alegre, 1928-1937**. 2005. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Estado de São Paulo, 2005.



CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. V.1. Petrópolis: Vozes, 2008.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Ed. UNESP, 1998.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. Fontes Impressas. In.: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Nara. **Modernidade, arquitetura e urbanismo**: o centro de Porto Alegre (1928-1945). 1998. Tese (Doutorado em História Ibero-Americana). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

MATOS, Alexandre Pena. **Transformações para uns, desocupação para outros**: as reclamações da população nos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias em Porto Alegre, 1928-1935. 2012. Dissertação (Mestrado em História Regional). Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, 2012.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre**: urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. **Porto Alegre e suas escritas**: história e memórias da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: neurose. O espírito do tempo. V.1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Recebido em Julho de 2013.

Aprovado em Agosto de 2013.